

**Sua Majestade: a criança contemporânea
e o desafio dos limites¹**

**His Majesty: the child contemporary
And the challenge of limits**

Mariana Nolasco de Souza²

Resumo: O artigo propõe uma reflexão a cerca da problemática da perda de valores no mundo contemporâneo e do fenômeno da falta de limites. Articula a revisão da literatura com um exemplo clínico que compreende essas questões, também ligadas ao conceito de alteridade, enquanto encontro com o outro que envolve a capacidade de se colocar em seu lugar. Assim a importância da educação intrafamiliar ganha espaço na medida em que estamos frente a mundo sem fronteiras. Buscar ultrapassar a perspectiva individual, para problematizar as implicações da falta de limites, no contexto social, resume a aposta deste trabalho, apontando possíveis possibilidades para atenuar a questão.

Abstract: The article proposes a reflection about the problem of loss of values in the contemporary world and the phenomenon of lack of limits. Articulates the literature review with a clinical example that includes these issues, also related to the concept of otherness, while meeting with the other that involves the ability to put in its place. Thus the importance of education earn space in that we are facing a world without borders. Search beyond the individual perspective, to discuss the implications of the lack of limits in the social context, summarizes the challenge of this work, suggesting possible ways to mitigate the issue.

Palavras-chave: limites; alteridade; moralidade; contemporaneidade.

Keywords: limits; otherness, morality, contemporary.

¹ Artigo apresentado como trabalho de finalização do Estágio Profissional de Psicologia à UNISINOS em 2007, como requisito parcial para obtenção do título de psicólogo(a), o mesmo foi escrito sob orientação e supervisão da Psicóloga Mestre Karina Preisig Paggi e Professora Mestre Liane Pessin.

² Psicóloga: contato mar_yana@ig.com.br

**Os nomes dos pacientes apresentados no recorte clínico foram preservados.

A temática dos limites, de fundamental importância na atualidade, vem rompendo fronteiras e rendendo muitos questionamentos nos diferentes lugares que a encontramos. Os casos ou estados limites ocupam uma posição de notável destaque neste debate. Sem dúvida, o limite entre a neurose e a psicose é uma questão apenas, do enorme leque de possibilidades, que o termo sugere.

O limite entre o externo e o interno, fora, dentro. Limite entre o eu e o não eu, o meu e o teu. Limite entre a realidade e a fantasia, entre o corpo e o psiquismo. Enfim, muitos são os caminhos de estudo que este tema nos leva, porém, o presente trabalho busca problematizar a questão dos limites na Educação Infantil, tão pertinente aos dias atuais. Buscar ultrapassar a perspectiva individual, para problematizarmos as implicações da falta de limites, no contexto social, é aqui nosso desafio.

Sabe-se que a colocação de limites faz parte da educação e do nosso processo civilizador, pois estes são fundamentais em sociedade. Contudo é notável a existência de crianças e jovens sem limites conforme Rogge (2006).

Facilmente assistimos a falta de respeito e de limites no convívio social, e desrespeito a todo tipo de regra (La Taille, 2003). Mas será que a questão dos limites está ligada ao modo de educar dos pais, ou tem haver com o contexto histórico cultural e seus novos valores, ou até falta deles, sendo então, inerente a nossa era?

Bauman (2000) reconhece que os poderes de pai e mãe, na família, vêm se desintegrando. Padrões, valores e regras que demarcam condutas estão ausentes. Diariamente ouvimos queixas generalizadas sobre violência e desrespeito ao espaço público e privado. La Taille (2003) discute a ausência de limites e a moralidade, neste sentido, aponta que estas questões sociais se direcionam para uma crise moral.

É fato que as famílias de hoje estão configuradas de forma mais aberta sem a rigidez dos papéis de antigamente, porém, o medo dos pais de repetir uma educação repressora que receberam domina, fazendo com que, no extremo oposto, passem do não poder nada para o pode tudo contemporâneo.

A fim de procurar ponderações pertinentes a este tema foi realizada uma articulação entre o conteúdo obtido no atendimento clínico de uma mãe, em um ambulatório público do sistema único de saúde e, a pesquisa bibliográfica realizada.

Desta forma, efetuamos a revisão bibliográfica abrangente e multidisciplinar de artigos publicados, que compreendeu o período de 2000 a 2007, em revistas indexadas no Scielo, MedLine, Lilacs e PsycInfo, nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Filosofia e Sociologia, utilizando as palavras-chaves: limites, alteridade, moralidade e contemporaneidade, além de

livros especializados. As publicações foram, contudo analisadas seguindo as perspectivas da análise temática (Minayo, 2000), sendo procedida a leitura, a identificação dos eixos temáticos de cada estudo e destacados seus respectivos sentidos.

Transpondo a Importância dos Limites

Antigamente, o assunto: limites, não era sequer discutido conforme Zagury (2003). A criança não sabia de fato e, portanto, precisava aprender. Os pais não tinham dúvidas agiam, com castigos ou palmadas.

Quando Paula chega ao atendimento psicológico pela primeira vez, fica claro como o tema abala sua família. Grávida e mãe de três filhos: duas adolescentes - frutos de relacionamentos anteriores - e um menino de 2 anos proveniente da atual união com Mário.

Chorosa a paciente revela a dificuldade de inserir alimentos sólidos a dieta do filho Pedro que só quer mamar. Também mostra-se angustiada e preocupada com a chegada do bebê que espera, porque o pequeno dorme com o casal. As meninas mais velhas, em contrapartida, não a ajudam com as atividades domésticas e, ainda saem de casa, quando bem entendem, sem o consentimento dela e do companheiro.

Em pouco tempo o retrato da falta de limites estava desenhado e Paula precisava, urgentemente, de um auxílio. Por quê tanta confusão naquela casa? Por quê Paula tinha a sensação de não ser ouvida pelos filhos? Por quê não obedeciam e a respeitavam? Essas foram às primeiras questões que direcionaram o início do tratamento dela e que ecoam em muitos lares atualmente.

Nota-se que com as mudanças ocorridas durante o século XX - tanto no campo das relações humanas, como no da educação - as pessoas foram aprendendo a respeitar as crianças, entendendo que elas têm, sim, querer, gostos, aptidões próprias e, até indisposições exatamente como nós adultos.

Os relacionamentos entre pais e filhos ganharam mais autenticidade e menos autoritarismo. O poder absoluto e supremo foi substituído por uma relação mais democrática. Observamos que o entendimento cresceu, mas os problemas também lembrando da situação de Paula.

Muitos pais sentem dificuldade em educar sem serem autoritários. La Taille (2002) destaca que o medo de ser autoritário é um sentimento importante, e acrescenta, que o

autoritarismo é impor regras injustas, arbitrárias, negando ao indivíduo a possibilidade de compreender seu sentido e sua origem. Já exercer a autoridade tem outro objetivo, pois as regras colocadas devem ser justas e, também, explicadas. Sendo assim, fica clara e enfatizada a diferença entre autoridade e autoritarismo.

Como então saber a hora de dizer sim e a hora de dizer não? Será que Paula encontra uma hora para dizer não? Atualmente negar alguma coisa para os filhos parece ser um crime, um verdadeiro pecado de um modelo antiquado que prima o autoritarismo.

Valadares (2006) aponta que a lógica comportamentalista, que muito orientou o trabalho com os limites a partir de punições e reforços, vem há tempo revelando sinais de desgaste. A autora sugere que o trabalho de construção de limites, sempre, deve ser na direção de possibilitar à criança o exercício da autonomia para se expressar, e de sensibilidade e respeito ao outro para acolher diferentes opiniões e sentimentos.

Dar limites é fundamental de acordo com Zagury (2003) porque é iniciar o processo de compreensão e apreensão do outro. Contudo ninguém pode respeitar o outro se não apreender quais são seus próprios limites e isso inclui compreendermos que nem sempre se pode fazer “tudo que se deseja na vida” (Zagury 2003, pág 17).

Mário e Paula apresentavam dificuldade de comunicação no casamento, não sabiam encontrar juntos, uma via adequada para colocar seus sentimentos. Passavam dias sem trocar uma palavra, e não tinham consciência de seus próprios limites como pais.

Alguns pais acham que dar limites aos filhos é uma questão de opção, será? É bem verdade que uma progressão de problemas derivam da falta de limites, por isso, estes são tão importantes.

A criança necessita interiorizar a idéia de que poderá fazer muitas ou a maioria das coisas que deseja, mas nem tudo e nem sempre. Contudo, entre satisfazer o próprio desejo, e pensar no direito dos que nos cercam, muitos preferem satisfazer o próprio desejo, ainda que, por vezes, prejudiquem alguém.

Neste sentido o termo limite, também, remete a noção de fronteira:

Limite significa também aquilo que pode ou deve ser transposto. Toda fronteira, todo limite, separa dois lados. O problema reside em saber se o limite é um convite a passar para outro lado ou, pelo contrário, uma ordem para permanecer de um lado só. Ora, na vida ou na moralidade, as duas possibilidades existem: o dever transpor e o dever não transpor. (La Taille, 2003, p. 12)

Para vivermos em sociedade são necessárias restrições, fronteiras, normas. Então, podemos pensar os limites como importantes, para o bem-estar social, e o desenvolvimento da humanidade.

Essa reflexão nos conduz à colocação de limites como parte do desenvolvimento e da educação de uma criança. Winnicott (1982) destaca a importância de que a criança cresça com limites firmes, necessários para dar significado e controle à espontaneidade. Segundo o autor a medida que vai crescendo, o indivíduo desenvolve um sistema interno de limite e espaço.

Winnicott (1982) também, nos permite pensar sobre o sentimento de segurança, dentro da família, explicando que, na saúde, as crianças desenvolvem uma crença suficiente nelas próprias, e também nas outras pessoas, a partir das relações iniciais estabelecidas com a mãe.

Nessa direção Bion (1962) afirma que o sentimento de segurança surge na relação mãe-bebê, quando a mãe responde às suas necessidades, permitindo-lhe o manejo da turbulência emocional. O autor enfatiza a importância da qualidade dessa relação, com a noção de continente-contido, em que a mãe se oferece como continente para seu filho, havendo trocas e comunicação entre eles, uma vez que, a contenção torna possível a significação da experiência emocional vivenciada.

Assim, a existência de boas condições nas fases iniciais da vida leva a criança a um senso de segurança e este, até ao autocontrole. Dessa forma com o desenvolvimento a criança chega a um senso de responsabilidade quando adulta (Rogge, 2005).

Winnicott (1982) sugere que houve uma falha no senso de segurança e, posteriormente, de responsabilidade nos casos de filhos sem limites.

De fato os limites formam espaços e tempos, são pontos de orientação, dão confiança e segurança e, as crianças precisam deles. Rogger (2006, pág 11) pondera que “quem não os coloca, torna-se incapaz de agir, vira um escravo condescendente que as crianças não respeitam nem obedecem”.

Voltando, ao nosso exemplo clínico, Pedro era o rei, daquela casa. Resolvia mamar de madrugada e, os pais corriam para lhe servir, no entanto, de dia, não fazia as refeições adequadamente. Ele queria escolher a sua roupa: que bom, mas, ao mesmo tempo, aproveitava para ocupar bastante a atenção da mãe. Se colocava a bermuda, logo, trocava de idéia, e queria por a calça. Assim seguia impondo, a mãe, um papel de escrava de suas vontades. Neste sentido, La Taille (2003) problematiza, até que ponto deixar os filhos escolherem, e até que ponto limitá-los.

Em contrapartida Paggi e Guareschi (2004) assinalam, outro dilema presente nos pais ponderando que:

O que ocorre na sociedade atual não é a falta de normas e modelos de como ser e fazer, mas o excesso. A grande dúvida que atormenta os pais e mães é: em quem confiar? Nas regras tradicionais, aprendidas de nossos antepassados? No que diz a mídia? No que diz a ciência? (p. 106)

É sabido que a tarefa de educar tem o complicador devido a pluralidade de posturas e valores, ou seja, o excesso mencionado acima. Neste contexto, o maior problema para os pais, segundo esses autores, é definir as regras morais a serem seguidas, o que pode ser considerado correto e incorreto na educação de seus filhos. Ambos referem-se a um relativismo presente, na atualidade, onde não há nada definido: é tudo variável. “Esse relativismo paralisa pais e mães e, é responsável por grande parte dos problemas educativos, especialmente o problema dos limites”. (Paggi & Guareschi, 2004, p.111).

O controle dos esfíncteres do caçula foi um capítulo a parte na vida do casal Paula e Mário. Pedro fazia suas necessidades fisiológicas onde bem entendia, e ainda, dava risada da mãe que corria para limpar. Neste caminho, a vizinha, a tia, a prima todas opinavam e deixam Paula sem direção, sem norte e sem chão.

Valadares (2006) aponta que, a família constrói vários aspectos das relações afetivas e no processo educativo. Sem estes elementos fundamentais a autora destaca que torna-se precária a formação do indivíduo. No entanto, a evolução com suas transformações aceleradas, teve ao longo dos tempos uma influência importante na estrutura familiar e nos valores morais.

Limites no Horizonte da Família Contemporânea

Como já mencionamos as últimas décadas têm proporcionado modificações revolucionárias nas nossas vidas. Com as conquistas realizadas pela mulher, houve enormes modificações nas relações intrafamiliares.

Paula trabalhava até a chegada de Pedro e quando planejava retomar as atividades, foi pega de surpresa, aos 39 anos, pela nova gravidez, quando outro menino estava por vir.

Ambivalente a mãe dizia ser experiente na arte de educar, pois sozinha tinha criado suas duas filhas. Paula, assim atribuía as dificuldades de manejo com Pedro ao marido que era marinheiro de primeira viagem e não conseguia contestar o filho. No decorrer do tratamento Mário foi chamado para participar de alguns atendimentos, e juntos eles souberam identificar suas fragilidades e a impossibilidade de entrar em um consenso do casal, tornou-se evidente.

Paula não só deixava de contestar o filho, mas o marido também. As filhas eram sentidas como dela, ou seja, Mário não era convidado a participar da educação das mesmas. E assim a guerra se instalava na casa do casal sem previsão de trégua.

A questão que emerge desse contexto passa a ser que família é essa? Como os papéis de pai e mãe são exercidos? Quais são as fantasias que atravessam este lugar de tamanha responsabilidade que ocupam Paula e Mário?

Conforme Paggi e Guareschi (2004) o que vemos acontecer atualmente é uma indefinição de papéis na família que, ao contrário de constituir relações mais democráticas, causa constrangimentos e leva a relações menos democráticas. Isso por várias razões, segundo os autores, porém, consideramos de grande relevância, a idéia de que o amor dos pais pelos filhos deve ser um amor incondicional, como algo bastante difundido nos nossos dias.

Amar não significa ceder todo tempo. É preciso reconhecemos o que está por trás disso. No caso de Paula e Mário encontramos uma imensa culpa de ambos quererem oferecer melhores condições de vida aos filhos – aquilo que eles não tiveram quando criança. Ao passo que, se impondo temem por perder o amor deles, ou ainda, temem em submetê-los a um segundo plano, onde não serão se quer ouvidos, como lhes acontecia na infância.

Muitos são os nós, como esses, que ilustram o presente trabalho e, que atrapalham a relação dos pais com os filhos. Muitos ideais são cultivados em relação a maternidade, paternidade, criança e família. Ideais estes impossíveis de alcançar e que, ao invés de propiciarem relações mais amorosas e prazerosas, constituem-se na grande pedra no caminho da educação, e sua maior conseqüência aparente é o problema dos limites. (Paggi & Guareschi, 2004)

É notável a crescente valorização da criança e a queda da autoridade parental. Os pais estão perdidos entre o passado e o futuro, a educação de ontem e a educação de hoje.

A questão emergente é que as crianças não sabem esperar e apresentam dificuldades de convivência social, enquanto, que os pais se sentem impotentes, vitimizados pela

intransigência dos filhos, sem condições de orientá-los, no sentido da aceitação das normas morais.

Assim o desafio dos limites está ligado à moral. Segundo Paggi e Guareschi (2004), o problema dos limites é o problema das regras morais e de convivência social. É o problema do reconhecimento do outro e dos direitos desse outro, seja ele criança, seja adulto.

Pereira (1991) nos apresenta a palavra moral e sua origem no latim, que quer dizer costume. Sua definição para moral é de que é tudo aquilo (ato, comportamento, fato) que realiza o indivíduo, que o enraíza em si mesmo. Segundo o autor, imoral é tudo aquilo que desrealiza o indivíduo, na dimensão de sua liberdade responsável, tudo aquilo que pode destruir seu projeto humano rumo à felicidade.

La Taille (2002) apresenta duas definições para moral e ética aqui pertinentes:

Moral é o conjunto de deveres derivados da necessidade de respeitar as pessoas, nos seus direitos e na sua dignidade. Logo, a moral pertence à dimensão da obrigatoriedade, da restrição de liberdade, e a pergunta que resume é: Como devo agir? Ética é a reflexão sobre a felicidade e sua busca a procura de viver uma vida significativa, uma boa vida. Assim definida, a pergunta que a resume é: Que vida quero viver? É importante atentar para o fato de essa pergunta implicar outra: Quem eu quero ser? Do ponto de vista psicológico, moral e ética, assim definidas, são complementares. (p. 01).

Temos então dois termos complementares importantes a serem discutidos. Todo cidadão é submetido ao mesmo tempo às influências da dimensão da regra em sociedade e sua busca por uma vida boa de ser vivida – a vida que quer ter, o que podemos chamar aqui de felicidade.

Dentro dessa temática, então chegamos a uma primeira conclusão: ser feliz é respeitar o outro. Esse respeito pode impor limites à felicidade individual, assim como a busca da felicidade pode afetar o outro, invadí-lo.

Em seus estudos, Piaget (1932) assinala que a criança entra no mundo da moral através da heteronomia (àquela em que as regras são legitimadas a partir de uma autoridade), e só a partir de seu desenvolvimento, poderá chegar à autonomia (as regras nascem de acordos entre pessoas iguais e livres). Nesse sentido o autor considera que a moralidade está enraizada nas ligações afetivas que se estabelecem entre os indivíduos.

Piaget (1932) aponta que para que uma regra seja sentida como obrigatória, é preciso que exista um sentimento de respeito entre os indivíduos. O respeito como a expressão de um valor que se atribui à pessoa (e não apenas às suas ações ou serviços), e o valor, como uma ligação ou troca afetiva entre o sujeito e o objeto.

Lembramos, porém, que a primeira forma de respeito que aparece no desenvolvimento do indivíduo é na relação estabelecida entre a criança e os seus pais. A obediência nasce dessa relação, aparecendo a primeira forma de controle normativo de que a criança é capaz (Zagury, 2003).

As normas e as opiniões dos pais tem um valor absoluto para a criança: ela busca imitá-los, segue seus pontos de vista e adota suas escalas de valores. Ela segue o que eles dizem porque os respeita (Freitas, 1999).

Pedro, a criança que ilustra esse estudo, vinha apresentando dificuldade de respeitar a posição dos pais e as regras de convivência na família. Sentia o seu lugar privilegiado de caçula ameaçado pela chegada do irmão. No decorrer do tratamento, a mãe sentiu necessidade de colocá-lo na creche prevendo que a chegada do bebê dividiria sua atenção podendo este fato piorar a relação familiar.

Surpreendentemente o pequeno passou a aderir aos costumes da escola infantil, em casa. As refeições deixaram de ser fonte de angústia para a mãe e as mamadas noturnas diminuíram consideravelmente. A professora passou a ser uma importante referência para o menino e a mãe sentiu estar perdendo o seu lugar, pois as constantes solicitações de atenção não estavam mais presentes.

Conforme Goergen (2005) destaca, cabe à educação também vinda da escola colocar disciplina na criança, impor freios e hábitos, limitando-a em seus desejos e ações.

Limitado a novos padrões de comportamento da creche Pedro passou a usar fraldas somente a noite, até que nem mais nesse período elas se fizeram necessárias. Retomamos então a indagação: como colocar limites num mundo sem limites? Agora, acrescentamos como Pedro estaria hoje, sem a oportunidade de frequentar a escola infantil? Paula teria conseguido esses progressos? E Mário, o pai, onde esteve?

Nesse contexto Durkheim (1994) afirma, que encontramos o início da consciência moral quando se tem o início da adesão a um grupo. A sociedade, ao mesmo tempo em que é algo que o indivíduo deseja, é também algo que lhe impõe regras, algo da ordem da

autoridade. Assim, nos constituímos em sociedade, o que vai na direção da fala de La Taille (2003) quando afirma que jovens sem limites refletem uma sociedade sem limites.

Outro ponto oportuno ao nosso exemplo clínico é que, com o tempo, o respeito muda de natureza. Segundo Piaget (1932), na medida em que as trocas sociais se dão com outras crianças e não mais somente com adultos, e a criança passa, a vê-los como iguais e não como superiores, é que se desenvolve uma outra forma de relação: a cooperação e o conseqüente respeito mútuo. A noção do autor é de que a moralidade está arraigada nas ligações afetivas estabelecidas entre as pessoas, sendo a necessidade de afeição recíproca a primeira condição da vida moral.

Goergen (2005) ponderam que existe respeito mútuo quando os indivíduos se atribuem, reciprocamente, um valor pessoal equivalente. Ou seja, cada um é responsável por se colocar no ponto de vista do outro.

Podemos dizer que respeitar uma pessoa significa, então, reconhecer a legitimidade de seu ponto de vista. É o reconhecimento particular de que os valores e as convicções do outro, são tão validos quanto os nossos próprios.

Piaget (1932) destaca que “a autonomia só aparece com a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado. (p.172).

O que podemos observar nas crianças e jovens com ausência de limites, é possivelmente uma falta desse respeito mútuo. Sendo que respeito mútuo e ação moral são fundamentais para discutirmos o tema, por outro lado, sem relação com um outro, evidentemente não há necessidade moral.

Limites e Alteridade na Contemporaneidade

São as relações sociais que ensinam às crianças, como vimos, as regras de convivência e o respeito ao outro, permitindo assim, a construção da noção de alteridade: “é na relação com os pais que se inaugura a noção de alteridade, isto é, a capacidade de se colocar no lugar do outro” (Paggi & Guareschi, 2004, p. 169).

Isso é fundamental para compreendermos que o outro é limite, quando é reconhecido enquanto outro, e sua singularidade é considerada, na relação existente entre nós.

Lembrando do exemplo da família de Paula e Mário podemos constatar que ambos justamente não vinham exercitando a alteridade dos filhos, tão pouco, experimentando um o lugar do outro, enquanto casal. Paula em determinado momento revela envergonhada que o marido a pegou fumando escondido. Comenta que ele disse em auto e bom som estar decepcionado, a paciente em contra partida, ao ser questionada sobre o porquê do comentário de Mário refere não ter entendido tão pouco contestado. É fato que Paula não se permitia conhecer os gostos do marido e não reconhecia suas atitudes como sendo fruto de valores e crenças internalizados ao longo de sua constituição subjetiva. Olhava para si e para os filhos sempre se colocando como vítima, dos encontros e desencontros da vida, que lhe deixaram ser, por duas vezes, mãe solteira, até o momento em que teve a oportunidade de dividir a responsabilidade da educação não só de Pedro, filho de Mário, mas das outras duas meninas. Mesmo assim, a paciente não se entregava e permanecia reclusa ao seu mundo sem se afetar com o limite e o direito de opinar do companheiro.

Segundo a análise de Zanella (2005), a existência de um indivíduo só se torna possível a partir de suas relações sociais, e mesmo que singular, ele é sempre e necessariamente marcado pelo encontro contínuo com os demais que caracterizam a cultura. Então podemos concluir que só há sujeito porque ele se constitui em contextos sociais, que, por sua vez, resultam das ações humanas contínuas, das pessoas que vão organizando coletivamente a vida em sociedade – coletividade essa, desconhecida por Paula.

Paggi e Guareschi (2004) nesse contexto fazem referência a importância de uma ética da alteridade, que parte do princípio de que o início de toda verdadeira ética é o outro, que deve ser encarado não apenas como diferente de nós, mas aquele que é reconhecido a partir dele próprio, que nos complementa e nos constrói.

Se o outro é o que enfim limita, e se o indivíduo carente de limites desrespeita o outro, então, diante da alteridade é como se o outro fosse anulado, desconsiderado em sua singularidade.

Como vimos em La Taille (2003), se as crianças e jovens são um reflexo da sociedade na qual vivem, e se muitos carecem de limites, a sociedade em que vivem deve também nesta lógica estar desprovida de limites. Essa constatação nos leva a pensar na sociedade contemporânea, nos excessos – tecnológicos, de consumo, de informação e tantos outros. Segundo Bauman (2007) vivemos uma contemporaneidade repleta de mudanças, decorrentes de novas invenções e descobertas, acontecendo num ritmo frenético.

O discurso atual é o de que tudo é possível, e se ainda não é, no futuro o será. Esse discurso inevitavelmente se choca com a função parental que é justamente a da interdição, do reconhecimento do lugar do outro, da alteridade. “Contra uma ciência que se oferece como sem limites, luta uma educação que, em direção contrária, tem como função mostrar os limites e promover o reconhecimento da alteridade” (Paggi & Guareschi, 2004 p. 115). Segundo os autores, muitos pais, seguindo o discurso da ciência, adotam uma prática educativa permissiva, o que faz surgir uma imensa culpa e o conseqüente problema dos limites na educação.

As reflexões sobre a moralidade humana, realizadas por Piaget (1932), nos mostram que a alteridade está ligada ao respeito pelo outro. Logo, o indivíduo que respeita o outro tem uma obrigação moral com este outro. Na atualidade porém, as crianças, jovens e até adultos agem sem considerar o outro, importando somente sua vontade própria. Onde se perdeu o respeito mútuo discutido por Piaget? Impõe-se aqui este questionamento.

Segundo Paggi e Guareschi (2004), a formação ético-moral é o aprendizado das regras de convivência social. Podemos refletir sobre “a importância do diálogo respeitoso com o filho, e a importância da construção da noção de alteridade na relação pais e filhos, noção imprescindível para a vida em comunidade” (Paggi & Guareschi, 2004, p. 172). Os autores sugerem esse como um suposto caminho para os pais que lidam com filhos sem limites. Uma vez que é na relação com eles que se inicia a noção de alteridade.

Rogge (2006) considera que os limites significam que a criança deve considerar e respeitar os limites do outro. O que é importante ser aprendido ainda criança, pois sem consideração pelo outro e respeito mútuo o convívio em sociedade se torna inviável conforme o autor.

Não podemos deixar de destacar que os pais são confrontados com as exigências capitalistas conforme Paggi e Guareschi (2004):

De um lado a família contemporânea em nosso meio é afetiva, privada, e os laços entre pais e filhos são estritos, com clara valorização da criança. De outro, essa valorização está relacionada ao cultivo da subjetividade e ao desenvolvimento de habilidades individuais que denunciam que a família atual privilegia os valores individuais em detrimento dos valores comunitários (p. 67).

A partir da identificação de tais tendências, começamos a entender como se dá a crise dos limites, pois, na medida em que criamos valores individualistas e nos distanciamos dos comunitários, que consideram o outro e a sociedade, o narcisismo prevalece, dificultando o desenvolvimento da capacidade de se colocar no lugar do outro e de nos preocuparmos com ele – “elementos fundamentais para o respeito e a boa convivência social” (Paggi & Guareschi, 2004, p.67).

A mãe Paula e sua família ilustram essas exigências e tendências contemporâneas. Conta que após o ingresso do filho Pedro na creche, este começou a ter atitudes diferentes e que ela e o marido decidiram não impedir tais comportamentos, afinal ela acredita que eles não devem ter preconceitos. Questionada em relação ao que exatamente o filho vinha fazendo ela revela que o mesmo, dizia que queria ser menina, até aí tudo bem - nada de tão estranho soou tal identificação de Pedro. Porém, ele passou a pedir que ela lhe pintasse as unhas, e passou a querer ir para creche de batom. Lá, a professora decidiu conversar com o pai sobre o assunto, que vinha causando polêmica, porque não só as crianças riam de Pedro, mas os outros pais que levavam diariamente seus filhos a escola.

Que rico exemplo de pais literalmente perdidos entre a educação rígida que tiveram e aquela que buscam oferecer aos filhos. Não explicaram, não questionaram apenas aceitaram o novo jeito do filho entendendo que não deveriam impedir a escolha da opção sexual de Pedro. E os limites estavam perdidos ou não se apresentavam!

Essas questões ilustradas pela família de Paula nos mostram o contexto atual e suas conseqüências – sendo que uma delas apenas é a temática dos limites. Figueiredo (2003, pág 56) aponta nesse sentido que o que resta em nossa sociedade ao indivíduo é o recurso cada vez mais profundo e radical da “desafetação e congelamento dos afetos e a posição de observador desengajado da sua própria tragédia”; como notamos no discurso da dessa mãe.

Dar liberdade aos filhos com responsabilidade é o caminho que La Taille (2003) considera o mais viável. Marcando os limites, mostrando aos filhos que suas decisões e escolhas têm conseqüências, assim como Winnicott (1982) discute a questão do senso de responsabilidade que a criança adquire a partir do senso de segurança que desenvolve na relação com os pais – relação base de todo ser humano.

Bauman (2000) aponta como possibilidade o diálogo e a negociação, que implica no reconhecimento da diversidade. O autor assinala que todas as vozes podem e merecem ser

ouvidas, ressaltando que “cada diferença existente é digna de ser perpetuada justamente por ser uma diferença” (p. 123).

A importância do modelo de quem educa, na produção de um sujeito capaz de tomar suas próprias decisões, sabendo conciliar aspectos sociais e individuais, é destacada por Goergen (2005). O autor afirma que a moralidade é uma condição humana, e que nós, seres humanos, encontramos-nos:

Diante da decisão de como desejamos viver, que atitudes tomar ante os conflitos vitais, como nos relacionar com o meio e com os outros, estamos diante da condição humana que denominamos moralidade. É o jogo entre a determinação e a possibilidade de decidir a respeito da orientação que queremos dar à nossa vida (Goergen, 2005, p. 19).

A possibilidade de convívio social diante da moralidade humana contém sempre uma tensão entre o individual e o social. A satisfação de um indivíduo pode esbarrar na busca de satisfação dos demais:

No interesse de todos é preciso encontrar formas de entendimento (consensos) sobre como se portar para garantir condições de vida e liberdade para todos. Caso contrário, valeria apenas a lei do mais forte, instalar-se-ia a guerra de todos contra todos (Goergen, 2005, p. 19).

Considerações Finais

No decorrer desse estudo, foi possível analisar e relacionar recortes de um caso clínico atendido em psicoterapia com o contexto atual, e, a partir disto, destacar a questão crucial: como colocar limites num mundo sem limites? Pois vivemos num mundo sem fronteiras, ilimitado. Ao mesmo tempo, o limite é necessário à formação psíquica e à convivência com o outro. Se a tecnologia e a ciência avançaram tremendamente, perdemos o referencial de valores e regras.

O desenvolvimento da criança, do útero ao colo, precisa ser acompanhado por uma contenção que lhe dê segurança. No convívio social, essa contenção é feita através do verbal, de regras e valores que balizam e norteiam o convívio e as interações sociais. A família é a

primeira instância de socialização a que a criança tem acesso, e onde ela inaugura a noção de alteridade, e aprende a se colocar no lugar do outro.

Os pais como Paula e Mario que exemplificaram e nortearam esse trabalho, enfrentam o dilema de até que ponto dar liberdade aos filhos, até que ponto limitá-los: em que medida ser permissivo num mundo em que se valoriza o relativismo, a flexibilidade, a expansão cada vez maior de possibilidade – sejam elas tecnológicas, biológicas etc. – um mundo em que cada vez mais se priorizam os valores individuais ao invés dos coletivos.

Os autores apresentados apontam o diálogo como caminho para o relacionamento de pais e filhos. Um diálogo, em que esteja valorizada a alteridade, a cooperação, os direitos individuais e coletivos. Lembram também que é necessário que haja negociação e que os pais possam compartilhar responsabilidades na relação com seus filhos, no sentido de educá-los e orientá-los nesse mundo cheio de possibilidades.

Diante do paradoxo da necessidade de limites, o caminho apontado é o diálogo e a negociação. Temos, então, um horizonte. Horizonte esse a ser conquistado pela família de Paula e Mário aqui apresentada, mas de tantas outras que encontram na questão dos limites um desafio a ser superado.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BION, W. R. **Os elementos da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

DURKHEIM, E. **Sociologia e Filosofia**. São Paulo: Ícone, 1994.

FIGUEIREDO, L. C. **Psicanálise: Elementos para a clínica contemporânea**. São Paulo: Escuta, 2003

FREITAS, L. B de L. Do mundo amoral à possibilidade de ação moral. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 12, nº 2, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721999000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2007.

GOERGEN, P. (2005). Educação e valores no mundo contemporâneo. **Educação & Sociedade**, Campinas Vol. 26 nº92. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a13.pdf>>. Acesso em 30 out. 2007.

LA TAILLE, Y. **Entrevista**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/entrevistas/entrevista0091.asp>. Acesso em 15 de out. 2007.

_____. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ática, 2003

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2000.

PAGGI, K. P. & GUARESCHI, P. A. **O desafio dos limites – um enfoque psicossocial na educação dos filhos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PEREIRA, O. **O que é moral**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PIAGET, J. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1932.

ROGGE, J. U. **Crianças precisam de limites – e elas esperam isso de você**. São Paulo: Editora Gente, 2006.

VALADARES, V. G. **Valores e educação na contemporaneidade**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=840>>. Acesso em 15 out. de 2007.

WINNICOTT, D. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

ZAGURY, T. **Limites sem trauma: construindo cidadãos**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ZANELLA, A. V. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia & sociedade**. Santa Catarina, vol. 17, nº 02, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27049.pdf>>. Acesso em 30 out. de 2007.